

Comunicação como estratégia para salvaguarda do patrimônio cultural imaterial: o caso das Matrizes Tradicionais do Forró¹

Sarah Tassi BRICKS²

Josilene de Ribeiro de OLIVEIRA³

Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB

Resumo

Este resumo expandido apresenta uma pesquisa sobre o processo de reconhecimento das Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, destacando o papel da comunicação como estratégia de salvaguarda. O estudo busca compreender como ações comunicacionais contribuíram para mobilizar diferentes atores sociais durante o processo de patrimonialização. A metodologia é qualitativa, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de registros produzidos pelos Fóruns de Forró de Raiz e pela Associação Cultural Balaio Nordeste. Os resultados indicam que a comunicação contribuiu para articular públicos, ampliar a visibilidade do movimento e fortalecer o reconhecimento das Matrizes Tradicionais do Forró pelo Iphan em 2021.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Imaterial; Matrizes Tradicionais do Forró; Comunicação; Participação Social; Relações Públicas.

A Constituição Federal de 1988 reconhece, em seu artigo 216, que os bens de natureza material e imaterial compõem o patrimônio cultural brasileiro, abrangendo saberes, celebrações, formas de expressão e modos de fazer relacionados à identidade e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. A partir desse reconhecimento, o Estado brasileiro, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), passou a desenvolver instrumentos específicos voltados ao registro e à salvaguarda dos bens culturais de natureza imaterial. No campo dos estudos culturais, Thompson (1995) observa:

A vida social não é, simplesmente, uma questão de objetos e fatos que ocorrem como fenômenos de um mundo natural: ela é, também, uma questão de ações e expressões significativas, de manifestações verbais,

¹ Trabalho apresentado no Espaço Graduação atividade integrante do XX Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas.

² Discente de Graduação do Curso de Relações Públicas da UFPB, E-mail: sarah.bricks@academico.ufpb.br

³ Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco e pela Université Franche-Comté; Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba, orientadora do TCC; E-mail: josilene.ribeiro@academico.ufpb.br

símbolos, textos e artefatos de vários tipos, e de sujeitos que se expressam através desses artefatos e que procuram entender a si mesmos e aos outros pela interpretação das expressões que produzem e recebem (Thompson, 1995, p. 165).

A partir dessa compreensão, diferentes expressões culturais passaram a reivindicar reconhecimento institucional e políticas de salvaguarda. Entre elas estão as Matrizes Tradicionais do Forró, cujo processo de mobilização teve início em 2011, quando a Associação Cultural Balaio Nordeste, em conjunto com o Fórum Forró de Raiz, encaminhou ao Iphan uma carta solicitando a abertura do processo de registro dessa manifestação como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil.

A partir dessa mobilização em prol do reconhecimento institucional do Forró Tradicional como patrimônio cultural no Brasil, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter documental, com análise de materiais institucionais, midiáticos e digitais relacionados ao processo iniciado em 2011. Foram selecionados documentos produzidos por atores envolvidos na mobilização, como a carta encaminhada ao Iphan, dossiês técnicos, registros de audiências públicas, matérias jornalísticas, dentre outros.

A análise documental buscou observar como esses materiais apresentavam argumentos, narrativas e posicionamentos sobre identidade cultural, tradição, legitimidade e sobre as políticas de salvaguarda. Também foram consideradas as formas de comunicação utilizadas para ampliar a visibilidade da pauta, mobilizar apoiadores e fortalecer o diálogo entre sociedade civil e instituições públicas. Dessa forma, a metodologia permitiu compreender como se deram os acontecimentos ao longo do processo, mas também como eles foram divulgados e articulados.

A mobilização reuniu artistas, pesquisadores, gestores culturais, parlamentares e organizações da sociedade civil os quais realizaram fóruns acerca do Forró Tradicional, audiências públicas, encontros culturais e campanhas que ampliaram a visibilidade do tema e reforçaram a necessidade de políticas públicas voltadas à salvaguarda do forró tradicional. As campanhas e articulações transformaram uma demanda cultural em uma pauta política institucionalizada, fortalecendo os vínculos entre diferentes atores sociais e ampliando o debate sobre a importância dessa manifestação para a cultura brasileira.

O uso das cartas, dossiês e shows nos fóruns de Forró de Raiz espalhados pelo Brasil, evidenciou uma estratégia de comunicação orientada não apenas à divulgação, mas uma mobilização em que nesses shows manifestos a imprensa também iniciou a pautar a temática com os depoimentos dos artistas e parlamentares. A comunicação atuou não apenas na divulgação, mas também na articulação e mediação entre diversos públicos.

Na própria carta encaminhada ao Iphan no início do processo, os participantes destacaram a importância da participação da população na preservação de sua cultura, ressaltando que manifestações tradicionais não deveriam ser substituídas por modismos da indústria cultural. Esse posicionamento reforça que as políticas de patrimônio cultural devem considerar as demandas das comunidades diretamente envolvidas na produção dessas manifestações. Nesse contexto, Rubim (2010) destaca:

O Estado moderno e seu governo têm uma legitimação secular e uma predisposição laica. A cultura torna-se uma das fontes significativas dessa legitimidade. Paulatinamente tal legitimação secular passa a ser construída por meio de expedientes democráticos, que implicam disputa de hegemonias. Ou seja, consenso em lugar de mera coerção, típica de situações autoritárias. Ao recorrer à lógica da construção de hegemonias, a política necessariamente se articula com a cultura, posto que se trata da elaboração e da disputa de visões de mundo, nas quais política e cultura sempre estão imbricadas (Rubim, 2010).

Após cerca de uma década de mobilizações, o Iphan reconheceu oficialmente, em 2021, as Matrizes Tradicionais do Forró como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Com esse processo, ficou evidente que o reconhecimento de um bem cultural não depende apenas de procedimentos técnicos e administrativos, mas também da participação ativa de diferentes atores envolvidos na construção das suas diretrizes e consensos sobre sua relevância.

Nesse cenário, a relação entre o Iphan, os fóruns de forró e as associações culturais demonstra a importância do diálogo com os fazedores de cultura. Conforme apontam Starling (2011) e Barchi e Cunha (2020), observa-se uma tendência de maior democratização nos processos de reconhecimento do patrimônio cultural, com a inclusão de novos atores nas discussões sobre políticas públicas e o presidente do Iphan, Leandro Grass (2024), reforçou essa perspectiva ao afirmar em uma entrevista:

Preservamos salvaguardando, fomentando, promovendo a formação de novos mestres e lideranças, fazendo as transições geracionais e planos de salvaguardas. Sempre é a partir da própria sociedade, com alguém solicitando ao Instituto. Assim, é iniciado um processo administrativo, técnico, mas também de pesquisa sobre aquele bem cultural para determinar e validar as informações sobre ele e, principalmente, junto com a sociedade, legitimar aquele bem como importante para o Brasil.

Essa perspectiva evidencia que o processo de patrimonialização ultrapassa procedimentos técnicos, mas é uma construção social e política baseada na articulação entre Estado e sociedade civil. Embora a ampliação da participação de fóruns e associações culturais, por exemplo, indique avanços na democratização das políticas patrimoniais, esse movimento também revela que o reconhecimento institucional depende da capacidade desses grupos em trazer discussões e demandas em discursos legitimados.

Nesse sentido, o papel da comunicação neste processo foi mediar interesses, produzir visibilidade e fortalecer consensos em torno da relevância do registro do bem cultural. Assim, a valorização das Matrizes Tradicionais do Forró reflete não apenas o reconhecimento de uma expressão cultural, mas também o resultado de disputas simbólicas e políticas sobre memória, identidade e representação cultural no Brasil.

De acordo com Fígaro (2006), coletivos e associações culturais desempenham papel importante no fortalecimento de comunidades e na circulação de valores e práticas culturais. Henriques (2017) também destaca que a comunicação é fundamental para estabelecer interações entre indivíduos e possibilitar processos de aprendizagem e mobilização social:

A comunicação é a grande responsável pelo estabelecimento destas interações entre os indivíduos que, simplesmente, não absorvem os materiais simbólicos comunicados, mas interagem com estes, percebem suas interpelações, reagem e interpretam — e aí já temos aprendizagem (Henriques, 2017, p. 27).

Observou-se que a mobilização pelas Matrizes Tradicionais do Forró foi fortalecida por processos comunicacionais liderados por associações culturais, como a Associação Cultural Balaio Nordeste, e fóruns de Forró de Raiz, ampliando debates sobre tradição, memória e identidade. Essas articulações promoveram maior participação de artistas, produtores, pesquisadores e demais envolvidos,

fortalecendo a demanda por políticas públicas de salvaguarda, fomento, continuidade cultural e geração de renda. Nesse contexto, como destaca Vieira (2002), as Relações Públicas exercem papel importante ao mediar o diálogo entre instituições e sociedade, contribuindo para políticas públicas mais participativas.

Dessa forma, o processo de patrimonialização das Matrizes Tradicionais do Forró evidencia a importância da mobilização social e da comunicação na construção de políticas culturais participativas. O reconhecimento oficial pelo Iphan legitimou uma trajetória coletiva de articulação em defesa do forró tradicional no Brasil, demonstrando que a salvaguarda do patrimônio cultural depende da participação ativa das comunidades, da valorização de suas práticas culturais e do fortalecimento de espaços democráticos de diálogo.

Referências

FIGARO, Roseli. Políticas de comunicação e cultura: desafios do mundo do trabalho e das organizações do terceiro setor. In: Costa, Maria Cristina Castilho (org.). *Gestão da comunicação*. São Paulo: Atlas, 2006.

GRASS, Leandro. IPHAN: protetor do patrimônio cultural brasileiro – Podcast do MinC. Entrevista com o presidente do Iphan. Podcast (áudio), gravado em 5 ago. 2024.

HENRIQUES, Márcio Simione. *Comunicação e estratégias de mobilização social*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil. *Organicom*, v. 7, n. 13, 2010.

STARLING, Mônica Barros de Lima. Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural. In: II Seminário Internacional Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 4 mar. 2026.

VIEIRA, R. F. *Relações Públicas: opção pelo cidadão*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. v. 1. 72 p.